

**8º Encontro da ABCP
01 a 04/08/2012, Gramado, RS**

**Ampliando fronteiras da Ciência Política: Desafios
contemporâneos à democracia e ao desenvolvimento**



**A experiência da ditadura importa? Apontamentos sobre a relação entre idade
e adesão à democracia**

Rachel Callai Bragatto (UFPR)
Luciana Fernandes Veiga (UFPR)
Maria Alejandra Nicolás (UFPR)

Área Temática: 02 – Cultura Política e Democracia

**Coordenador(es): Lucio Remuzat Rennó Junior (UnB), Julian Borba (UFSC),
Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM)**

A experiência da ditadura importa? Apontamentos sobre a relação entre idade e adesão à democracia¹

Rachel Callai Bragatto (UFPR)²

Luciana Fernandes Veiga (UFPR)³

María Alejandra Nicolás (UFPR)⁴

Resumo

Partindo de um universo de mais de 20 mil entrevistas realizadas em 2009 pela corporação Latinobarómetro, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a relação entre a experiência com regimes não democráticos e a adesão à democracia em 18 países de América Latina. São colocadas em prova dimensões distintas da democracia analisadas na literatura: normativa (referente a valores) e institucional (sobre seu desempenho). O objetivo foi identificar como ocorre a adesão à democracia entre indivíduos com tempos distintos de vivência em regimes não democráticos e também entre indivíduos residentes em países que apresentaram tempos de experiência democrática diferentes. Foi possível verificar que a força da dimensão normativa supera a da dimensão institucional quando se trata de adesão ao regime democrático. O que pode ser explicado, parcialmente, pela lembrança negativa do momento autoritário, dentre aqueles indivíduos que experimentaram diferentes regimes, e ainda pela percepção mais negativa da eficácia da democracia em solucionar os problemas, sobretudo entre os residentes de países com menos anos de democracia.

Palavras-chaves: regimes não democráticos, adesão à democracia, cultura política.

1. Introdução

As indagações que movem esta pesquisa dizem respeito à adesão dos latino-americanos à democracia, procurando, especialmente, perceber em que medida o tempo de experiência democrática, tanto dos cidadãos quanto dos países, interfere na avaliação do regime como um valor e como um sistema prático. Isto é, busca-se

¹ Trabalho preparado para apresentação no VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, organizado pela ABCP. Gramado, 1 a 4 de agosto de 2012.

² Rachel Callai Bragatto é graduada em Comunicação Social, mestre e doutoranda em Sociologia pela UFPR. Faz parte do grupo de pesquisa Instituições, Comportamento Político e Novas Tecnologias (GEIST) da UFPR e é bolsista Reuni/Capes, rachelbragatto@gmail.com

³ Luciana Fernandes Veiga é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, sendo professora também do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais na mesma instituição. lucveiga@terra.com.br

⁴ Maria Alejandra Nicolás é graduada em Ciência Política, mestre e doutoranda em Sociologia pela UFPR. Integrante do grupo de pesquisa Instituições, Comportamento Político e Novas Tecnologias (GEIST) da UFPR e do grupo Política, Informação e Novas Tecnologias (POINT) da UFG. Bolsista do Reuni/Capes, alejandranicolas@gmail.com

evidenciar como a idade do cidadão e os anos de experiência democrática das nações influenciam as disposições individuais em relação à democracia em termos de valores (cultura política) e de eficiência (desempenho).

São testadas, portanto, duas variáveis explicativas que articulam dimensões distintas e que, via de regra, são abordadas pela literatura de forma contraposta: uma normativa (referente a valores) e outra institucional (adesão às instituições, que diz respeito à avaliação da eficiência e do desempenho das mesmas). Porém, assim como em Moisés, parte-se da compreensão de que “tanto a tradição da cultura política como aquela que valoriza o desenho e o desempenho das instituições públicas influem na relação dos cidadãos com o regime democrático” (2010, p. 78).

O corpus constituiu-se de entrevistas individuais realizadas pela Corporação Latinobarômetro em 2009, em dezoito países latino-americanos, totalizando cerca de 20 mil entrevistas em diversos contextos nacionais⁵. No que tange aos aspectos políticos, os países dividem uma história democrática relativamente recente, ainda frágil e descontínua, sendo que o apoio ao regime tem crescido nas últimas décadas. Por outro lado, ocorre uma heterogeneidade no que diz respeito à duração e interrupções da vivência democrática, isto sem considerar as distinções econômicas e culturais (LAGOS, 2000).

Tendo isso em mente, foram realizados dois tipos de recortes: um em que os indivíduos foram classificados de acordo com a sua idade (nascidos após 1989 - nenhuma ou pouca experiência com regime autoritário ou oligárquico; nascidos entre 1964 e 1989 – experiência com regime autoritário ou oligárquico; e nascidos antes de 1964 – muita experiência com regime autoritário ou oligárquico). E outro em que os países foram categorizados a partir dos anos de experiência democrática (países com 0 a 25 anos de experiência democrática; países com 26 a 51 anos de experiência democrática e países com mais de 51 anos de experiência democrática).

A primeira hipótese testa a variável normativa. Pressupõe-se que a adesão normativa à democracia será maior entre aqueles que experimentaram regimes autoritários ou oligárquicos, uma vez que tal vivência possibilitaria a lembrança do

⁵ O Latinobarômetro é um *survey* nacional que segue o padrão do Eurobarômetro, realizado desde 1973. A primeira onda, cobrindo oito países, ocorreu em 1995 (LAGOS, 2000). O Latinobarômetro foi realizado pela Corporação Latinobarômetro na Espanha e em todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba – ou seja, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

passado repressivo ao contrastar o regime democrático e não democrático (MORLINO, 2007). Isto é, no que se refere à idade dos cidadãos, caso o indivíduo tenha experimentado um governo autoritário (os mais velhos), sua adesão à democracia tenderia a ser maior. Já aqueles que viveram apenas em regimes democráticos (os mais jovens) não teriam padrões de comparação e tomariam o sistema democrático quase que como “natural”. Da mesma maneira, quanto à experiência das nações com a democracia, aqueles cidadãos de países com mais anos de experiência com regimes não democráticos ou oligárquicos teriam uma maior adesão à democracia.

Por sua vez, a segunda hipótese trabalha com a variável institucional e, portanto, a avaliação do desempenho do regime. Parte-se do princípio de que nos países em que a experiência democrática está mais consolidada, suas instituições estariam mais maduras e os cidadãos mais habituados com o ritmo e o funcionamento da democracia, possibilitando aos mesmos entenderem o complexo funcionamento baseado no primado da lei, da separação dos poderes e da obrigação dos governos de prestar contas (MOISES, 2010). Já nos países em que a experiência democrática é mais recente, as instituições ainda estariam em processo de consolidação e os indivíduos menos acostumados com a vivência democrática, sendo que, por isso, a avaliação do desempenho do sistema tenderia a ser pior do que entre os primeiros.

Portanto, para dar conta da tarefa proposta, o artigo divide-se agora em cinco sessões nas quais serão apresentadas uma discussão sobre cultura política e desempenho das instituições, uma contextualização sobre a democracia na América Latina, um detalhamento da construção metodológica da pesquisa, os resultados obtidos e algumas conclusões.

2. O diálogo possível entre as teorias culturalistas e institucionalistas

Um descompasso frequentemente captado nas pesquisas sobre a cultura política na América Latina diz respeito à constatação de um alto apoio à democracia e, ao mesmo tempo, uma baixa satisfação e legitimidade do regime. Enquanto as avaliações normativas da democracia como um modelo de governo seriam positivas, ocorre uma certa desconfiança em relação ao seu funcionamento e as

suas instituições. Como diversos autores já alertaram, a convivência entre essas distintas lógicas de adesão pode contribuir para operar processos desestabilizadores, retrocessos e uma certa erosão do apoio ao sistema, gerando indivíduos cada vez mais críticos. Seria uma espécie de paradoxo em que é crescente a valorização da democracia como um ideal, enquanto a avaliação de seu desempenho é negativa (MOISÉS, 2005; NORRIS, 1999; LAGOS, 2000; GUNTHER e MONTERO, 2003).

Cabe destacar que a literatura especializada recorre a duas principais tradições teóricas para abordar essa relação entre as atitudes dos cidadãos e a avaliação do sistema. De um lado está a tradição da cultura política, a qual os autores pioneiros Almond e Verba postulam referir-se a “orientações políticas específicas – atitudes em relação ao sistema político e suas várias partes e atitudes em relação ao papel do indivíduo no sistema” (ALMOND e VERBA, 1989, p. 12). Os estudiosos identificam dois tipos de cultura política que interessam mais ao trabalho em tela: a cultura política “submissa” e a “cidadã”. Espécies de tipos ideais, a primeira caracterizar-se-ia por uma relação passiva do sujeito com o sistema político, em que a orientação individual é mais afetiva e normativa do que cognitiva. Já a cultura cidadã contaria com sujeitos ativos politicamente, engajados e atuantes, cientes dos mecanismos em questão. Nas culturas políticas “submissas”, grande parte das pessoas apoiaria as elites e identificar-se-ia com governos autoritários. Porém, nas democracias, a orientação política dos cidadãos os conduziria a uma atitude de controle das elites que, por sua vez, buscariam antecipar as reações dos indivíduos. Esse comportamento mais ativo estaria intimamente ligado com a confiança das pessoas na sua capacidade de influenciar o sistema.

Quanto mais os cidadãos acreditam que sua participação pode ter algum efeito, mais provavelmente tomarão parte nas questões públicas e responsabilizarão as elites. As pessoas sentem que têm pouca influência sobre as decisões políticas, tanto porque não têm confiança nas suas próprias capacidades políticas (“efetividade interna”) ou porque a elite política falha em responder aos desejos dos cidadãos (“efetividade externa”) (LAGOS, 2000, p. 8).

Pode-se dizer que, de modo geral, na base da teoria da cultura política está a compreensão de que participação e avaliação do modo de funcionamento da democracia caminham juntas. Ainda que um peso maior seja dado à cultura política e aos aspectos micro dos comportamentos individuais, parte-se do pressuposto que

as orientações atitudinais e a estrutura do regime se afetariam mutuamente. Os valores influenciariam a arquitetura das instituições e o funcionamento destas impactaria o comportamento político. Conforme pontua Moisés (2008), nenhuma das variáveis seria determinante e ditaria o sentido da influência – o que se estabelece é uma relação de “causalidade cruzada entre as duas dimensões”.

Por sua vez, a teoria institucionalista parte do princípio de que a democracia deve ser avaliada por meio do desempenho dos governos, suas instituições e a relação entre os diferentes poderes. O tónus recai sobre as condições mais estruturantes em que se desenvolve o jogo democrático, ou seja, o desenho institucional dos sistemas, e também sobre pré-requisitos mínimos como a existência de eleições abertas e livres, a concorrência entre partidos políticos, a liberdade de expressão e o acesso a meios de informação não oficiais (permitindo o controle dos governantes pelos governados). Não que estes não sejam importantes para a teoria da cultura política. Mas, se para essa são os valores e sua constituição que merecem atenção, para a vertente institucionalista se passa quase que o oposto. “O que conta para essa perspectiva não são os valores políticos ou a orientação normativa dos indivíduos, mas a eficácia das instituições com relação a fins almejados pelos atores políticos” (MOISÉS, 2008, p. 16).

Portanto, enquanto a abordagem da cultura política dá maior peso aos valores e aos contextos socioculturais pressupondo que eles são determinantes para o florescimento de atitudes e orientações participativas e democráticas, a perspectiva institucionalista mantém as instituições fixas, pouco vulneráveis às reações e avaliações dos indivíduos quanto ao seu desempenho⁶. No entanto, ao invés de adotar uma das duas abordagens clássicas, parte-se aqui do entendimento de que a adesão à democracia não seria marcada apenas pelos valores sustentados pelos cidadãos e nem somente pelo desempenho do regime. Para nós, eles não se excluem, pelo contrário. Conforme aponta Meneguello,

[...] o fenômeno da adesão ou apoio à democracia é multidimensional e articula o apoio às instituições e às autoridades, o sentimento de comunidade política, a presença de valores normativos sobre o sistema e

⁶ O destaque dado por Almond e Verba aos contextos socioculturais foi alvo de diversas críticas, especialmente pelo caráter determinista da relação estabelecida por eles entre os valores já existentes em uma sociedade e o aparecimento da democracia. Segundo sua hipótese central, o florescimento de um regime democrático dependeria de valores congruentes com as instituições democráticas – o que, para os críticos, tornaria quase impossíveis as mudanças de um regime autoritário para um democrático. Além disso, a própria referência guia de democracia (liberal) foi problematizada por tomar como padrão as experiências concretas dos Estados Unidos e Inglaterra.

as avaliações públicas de quão bem os governos democráticos funcionam (2010, p. 124).

Esta ideia não é nova. Ela pressupõe que tanto a tradição da cultura política como a que valoriza o formato e o desempenho das instituições possuem influência sobre o comportamento e o tipo de relação dos indivíduos com o regime democrático. Tanto as atitudes e disposições formadas durante a socialização dos indivíduos quanto a avaliação fruto de suas experiências com as instituições seriam determinantes para considerar a adesão à democracia. Elas interagiriam, mesclando-se de forma não linear podendo, inclusive, comportar-se até de maneiras distintas, mas ambas tendo impacto sobre a adesão dos cidadãos à democracia.

Sustentamos que a legitimidade democrática e a satisfação não são apenas conceitualmente distintas, mas também empiricamente diferentes. As avaliações da eficácia do sistema e da satisfação com o desempenho das instituições democráticas existentes são bem diferentes do apoio à democracia em abstrato e podem ser consideradas parte de uma síndrome mais ampla de descontentamento político, definido como a expressão de uma certa frustração derivada da comparação entre o que se tem e o que se deveria ter (GUNTHER e MONTERO, 2003, p. 5).

Após a contextualização teórica referente ao tema pesquisado, passamos a examinar as experiências com regimes não democráticos na América Latina de um modo geral, e analisar os desafios institucionais enfrentados pelos países no processo de democratização.

3. Democracia na América Latina

Na América Latina aconteceram ao redor de cinquenta regimes militares durante o século XX. Historicamente, estes foram de cunho personalista, chefiados por um único indivíduo, comumente militar, que emitia decisões exercitando a sua autoridade por decreto executivo. Eles foram muitos, como os casos de Rafael Rojas Pinilla na República Dominicana e Anastásio Somoza na Nicarágua (SMITH, 2005). Contudo, dentre tais regimes, aqueles instaurados a partir da década de 1960 e 1970 refletiam características diferentes do padrão estabelecido na região até então. Seus objetivos, em termos gerais, não eram apenas eliminar as “forças subversivas”, mas também propor uma agenda econômica e social para as nações. Isto foi particularmente evidente em alguns países do Cone Sul (Argentina, Chile e

Uruguai), onde os regimes militares estreitaram fortes laços com tecnocratas econômicos⁷.

Na década de 1970, as experiências autoritárias eram uma realidade em países da região com estrutura estatal desenvolvida como Argentina, Chile, Uruguai e Brasil. E podiam ser definidos como “regimes de exceção que não procuram alterar a natureza capitalista-liberal do Estado” (CHERESKY; CHONCHOL, p. 15, 1986), com perceptível tendência à “destruição do estado social”, dada a destinação de tarefas sociais do Estado na educação, assistência social e saúde em prol do setor privado. A isto se soma o estímulo a comportamentos individuais de vigilância ideológica, assim como o uso da violência física.

Conforme Cheresky e Chonchol (1986), em termos institucionais, a mudança gerada pelos regimes autoritários das últimas décadas na região convergiram em duas direções: (1) *modernização incompleta*: através do avanço da industrialização, o surgimento de novos atores sociais e a presença do Estado. Essa combinação deu-se com a marginalização de vastos setores da sociedade, especialmente, os de menores recursos econômicos; (2) *Estancamento da industrialização*: em alguns casos, os processos de industrialização foram paralisados e, em outros, houve retrocessos profundos. Acrescentou-se a este processo, uma redução notável dos espaços de representação pública. “Aqui aparece um problema de recuperação de identidades e representações coletivas, e a temática da transição à democracia se redefine em termos de um processo de reconstrução da nação” (CHERESKY; CHONCHOL, p. 254, 1986).

No referente à reconstrução da democracia a partir da década de 1980, poucos países, a exceção do Chile e do Uruguai, possuíam um sistema partidário consolidado e ostentavam experiência com eleições contínuas. Não é estranho, portanto, que debates sobre os modelos de democracia para a região tenham estimulados os pesquisadores. Uma das visões que dominou no início dos anos 1990 (LINZ, 1991; MANWARING, 1990, MANWARING; SHUGART 1993) partia do pressuposto de que o tipo de presidencialismo que estava se generalizando nos países da América Latina poderia ter consequências negativas para a estabilidade democrática⁸. O argumento residia sobre as características institucionais do modelo,

⁷ Conforme Smith (2005), os técnicos eram chamados de “Chicago boys” pela forte associação com economistas conservadores da Universidade de Chicago. Eles aportavam o elemento civil aos regimes.

⁸ Mainwaring coincide com Linz ao postular que o presidencialismo tem menos possibilidades que o

particularmente por combinar um chefe do Executivo com fortes poderes de agenda, multipartidarismo e representação proporcional⁹. No entanto, na prática, essa combinação terminou por ser muito difundida na região (CHASQUETTI, 2003).

Anastasia, Melo e Santos (2004), ao refletir sobre as causas dessa situação na América Latina, sublinham as possíveis combinações entre condições e instituições. Isto é, o desafio da construção institucional com a combinação de desigualdades estruturais. Por este motivo, vários países realizaram mudanças na engenharia institucional, com destaque para o sistema eleitoral. “[...] o desafio que está posto é o de encontrar o ponto de equilíbrio entre instituições e condições, no contexto particularmente conturbado das sociedades latino-americanas” (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004).

Cabe destacar que as transformações de regimes autoritários em outros com características democráticas implicam refletir, por um lado, sobre os processos de democratização e, por outro, sobre a qualidade da democracia nos países da América Latina. O processo de democratização refere-se à transformação de regimes políticos de natureza autoritária em outros com traços democráticos (MOISES, 2008). Na análise detalhada sobre o assunto, também está em jogo a passagem de uma democracia limitada a outra em sentido pleno.

Sobre este tema teorizou-se bastante, sendo que O’Donnell (1991) foi quem mais polêmica suscitou com sua caracterização de “democracias delegativas” na América Latina. Ele analisou os processos de transição e consolidação das democracias na América Latina a partir da década de 1980. Algumas democracias recém instaladas, como Argentina, Brasil, Peru, Equador e Bolívia seriam democracias pois cumpririam os critérios de Dahl para a definição de poliarquia¹⁰. Mas apresentam um conjunto de características que levam O’Donnell a caracterizá-las como democracias delegativas, já que não seriam democracias consolidadas ou

regime parlamentar de sustentar uma democracia. No entanto, o primeiro autor, ao contrário do colega, sustenta que o presidencialismo possui algumas vantagens que podem ser maximizadas: o modelo parece mais viável quando há um sistema partidário disciplinado, sendo que, conforme ele, a mudança do presidencialismo para o parlamentarismo pode até agravar os problemas de governabilidade (MAINWARING, 1990).

⁹ Conforme Anastasia, Melo e Santos (2004), o cerne da idéia baseia-se no argumento de que o presidente pode ter minoria no Congresso e, por causa disso, ser necessário recorrer a coalizões com outros partidos à base de patronagem. O panorama complicar-se-ia caso os partidos no Congresso não cooperassem. Esta combinação de situações poderia levar à formação de uma coalização precária, o que contribuiria para a fragilidade institucional.

¹⁰ Os critérios de Dahl são: 1- Autoridades públicas eleitas. 2- Eleições livres e competitivas. 3- Sufrágio universal. 4- liberdade de expressão. 5- Fontes alternativas de informação. 6- Liberdade de associação.

institucionalizadas. Dentre os aspectos que as definem, cabe destacar que nos países sob análise está vigente a dimensão eleitoral da “accountability vertical”, por meio de eleições livres e regulares, em que os cidadãos podem castigar ou premiar os governantes votando a favor ou contra eles na próxima eleição. Além disso, é possível expressar livremente suas opiniões e demandas. Porém percebe-se uma debilidade na “accountability horizontal”, entendida como o conjunto de agências estatais com autoridade legal para empreender ações de controle e sanções legais a outros atores estatais. Conforme Moises (2008), a presença dessa debilidade coloca em xeque a questão da qualidade das democracias.

Uma democracia que ostenta qualidade é antes de tudo um regime legítimo e estável, onde os cidadãos se sentem satisfeitos no que se refere à qualidade dos resultados dos governos (MOISES, 2008, MORLINO 2007). Segundo Morlino (2007), uma democracia de qualidade possui pelo menos seis dimensões a serem analisadas empiricamente. Estas são: (1) respeito pela lei: sistema legal estável e, fundamentalmente, no qual o poder judiciário possua independência com relação aos outros poderes do Estado; (2) accountability eleitoral: possibilidade dos eleitores avaliarem a gestão dos eleitos, podendo renovar o voto de confiança emitido ou retirá-lo por descumprimento durante o mandato; (3) accountability interinstitucional: controle do governo exercido pela oposição no parlamento, pelos órgãos de controladoria e, inclusive, pelos meios de comunicação; (4) reciprocidade: não se relaciona com procedimentos e sim com o resultado do processo democrático, podendo ser analisada empiricamente pelas pesquisas de opinião de atitudes favoráveis às instituições democráticas vigentes; (5) liberdade: uma dimensão substantiva que se relaciona com o respeito pelo conjunto de direitos políticos e civis por parte dos cidadãos; (6) igualdade ou solidariedade: a realização de uma maior igualdade política, social e econômica e a garantia dos direitos sociais.

De acordo com Moises (2010), o que os cidadãos, por um lado, pensam sobre as instituições e, por outro, suas atitudes em relação a elas são fundamentais para o estudo da democratização dos países. Nesse sentido, Morlino (2007) analisa o papel das tradições autoritárias na qualidade das democracias:

[...] defino como tradiciones autoritarias aquellos modelos de comportamiento, reglas, relaciones, situaciones sociales y políticas, pero también normas, procedimientos e instituciones que han sido introducidas o fuertemente y de manera patente reforzadas por el

régimen autoritario inmediatamente anterior a la transición democrática (MORLINO, 2007, p. 10 e 11).

Esta questão é relevante pois essas tradições podem encontrar apoios em atores específicos da sociedade, assumindo a forma de lembranças do passado repressivo e permanecendo em estado latente, podendo ser manipuladas e reativadas por atores sociais e políticos.

Após a experiência de quase duas décadas de democracia em grande parte do território latino-americano, são vários os desafios para fortalecer a democracia na América Latina do século XXI¹¹. De acordo com Baquero (2011a), tais desafios tem a ver, fundamentalmente, com duas questões: (1) a criação de condições para avançar no processo de democratização, ampliando a coesão social e construindo culturas políticas orientadas pela legalidade e responsabilidade; e (2) o estímulo aos governos democráticos para que impulsionem as reformas necessárias para fomentar o desenvolvimento humano sustentável (BAQUERO, p. 14, 2011a).

Para o autor (2011a), a presença de desigualdades sistêmicas afetou o processo político na região. Segundo o Informe do Panorama da América Latina da Cepal (2010),¹² a distribuição de renda dos países da América Latina encontra-se entre as mais desiguais do mundo, uma característica constante nas ultimas quatro décadas. “[...] a renda captada pelos quatro decis mais pobres é, em média, menos de 15% da renda total, enquanto o decil mais rico capta cerca de um terço da renda total. De maneira equivalente, a renda média captada pelos 20% mais ricos da população supera 19,3 vezes a do quintil mais pobre” (CEPAL, p. 14, 2010).

Diante desse breve apanhado sobre o contexto da democracia na América Latina, cabe refletir sobre o papel do desenho das instituições no fortalecimento da democracia, sem esquecer, no entanto, a cultura política (MOISES, 2008; 2010;

¹¹ Cabe lembrar que, embora tenham ocorrido dois episódios de golpes militares na região (na Venezuela em 2002 e em Honduras em 2009), como aponta Hochstetler (2007) há uma quantidade considerável de presidentes que foram forçados a deixar seus mandatos, o que evidentemente afeta a qualidade das democracias na região. “[...] Desde que os países sul-americanos retornaram ao governo civil nos anos 1970 e 1980, 23% de seus presidentes eleitos têm sido forçados a deixar o cargo antes do final de seus mandatos. Esse espantoso índice de quedas presidenciais prematuras tem recebido pouca atenção sistemática, embora devesse ser um elemento crítico nos debates acerca da qualidade da democracia e da possível instabilidade nos sistemas presidenciais” (HOCHSTETLER, p. 2, 2007). Segundo a autora, os presidentes destituídos na região tinham uma tendência maior a estarem relacionados com três questões: 1) escândalos de corrupção; 2) políticas neoliberais; 3) a ausência de maioria no Congresso. Além destas questões, ela afirma que a presença ou ausência de protestos populares de rua desempenhou um papel central na queda dos mandatos.

¹² Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/41806/P41806.xml&xsl=/dds/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl-p/top-bottom.xsl#>>. Acesso em: 01/04/2012.

BAQUERO, 2011a; 2011b). A relação entre atitudes, comportamentos e o desenho do regime é uma dimensão indispensável no estudo da democratização na região.

4. Metodologia

Utilizamos os dados da pesquisa da corporação Latinobarômetro do ano de 2009. Trata-se de uma série de entrevistas aplicadas em 18 países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana) baseada em amostras por idade e gênero das populações urbanas. O tamanho da amostra em cada país variou de 1000 a 1200 entrevistas. O total de entrevistas foi de 20.204.

A corporação Latinobarômetro pesquisa as opiniões e atitudes dos cidadãos da região sobre a democracia, a economia e a sociedade. Conforme Moises e Carneiro (2010), o Latinobarômetro oferece dados empíricos de importância para o estudo da cultura política na região e também apresenta dados longitudinais que até anos recentes eram escassos nos países da América Latina. No entanto, possui algumas deficiências que limitam a capacidade de mensuração dos dados. Por um lado, o fato de algumas perguntas terem sido modificadas ao longo dos anos. E por outro, por não utilizar mostras probabilísticas para alguns anos.

Neste estudo em particular interessa pesquisar a adesão à democracia enquanto valor e enquanto avaliação das instituições pelos latino-americanos. Especialmente perceber em que medida o tempo de experiência democrática, tanto dos cidadãos quanto dos países, interfere na avaliação do regime como um ideal e como um sistema prático. Nossas hipóteses dividem-se em duas dimensões:

(1) Democracia enquanto valor: pressupõe-se que a adesão normativa à democracia será maior entre aqueles que experimentaram regimes autoritários ou oligárquicos, uma vez que tal vivência possibilitaria a lembrança do passado repressivo ao contrastar um regime democrático e um não democrático (MORLINO, 2007). Isto é, no que se refere à idade dos cidadãos, caso o indivíduo tenha experimentado um governo autoritário (os mais velhos), sua adesão à democracia tenderia a ser maior. Já aqueles que viveram apenas em regimes democráticos (os

mais jovens) não teriam padrões de comparação e tomariam o sistema democrático quase que como “natural”. Da mesma maneira, quanto à experiência das nações com a democracia, aqueles cidadãos de países com mais anos de experiência com regimes não democráticos ou oligárquicos teriam uma maior adesão à democracia.

(2) Avaliação de desempenho do regime: por sua vez, a segunda hipótese trabalha com a variável institucional e, portanto, a avaliação do desempenho do regime. Parte-se do princípio de que nos países em que a experiência democrática está mais consolidada, suas instituições estariam mais maduras e os cidadãos mais habituados com o ritmo e o funcionamento da democracia, possibilitando aos mesmos entenderem o complexo funcionamento baseado no primado da lei, da separação dos poderes e da obrigação dos governos de prestar contas (MOISES, 2010). Já nos países em que a experiência democrática é mais recente, as instituições ainda estariam em processo de consolidação e os indivíduos menos acostumados com a vivência democrática, sendo que, por isso, a avaliação do desempenho do sistema seria pior do que entre os primeiros.

A seguir são apresentadas as variáveis independentes e dependentes utilizadas no presente estudo.

4.1. Variáveis Independentes

As variáveis independentes correspondem a duas dimensões relacionadas com nossas hipóteses. Por um lado, o recorte de idade das pessoas e, por outro o agrupamento dos países em três grupos de acordo com o tempo de experiência com regimes democráticos.

O recorte de idade corresponde a três grupos: (1) muita experiência com regimes não democráticos: nascidos antes de 1964; (2) experiência com regimes não democráticos: nascidos entre 1964 e 1989; (3) nenhuma ou pouca experiência com regimes não democráticos: nascidos após 1989. Como a maioria dos países latino-americanos retorna ao regime democrático nos anos 1980 e 1990, acredita-se que aqueles nascidos já na década de 1990 não tenham tido praticamente nenhuma vivência com o regime autoritário. Por sua vez, aqueles que nasceram de 1964 a

1989 puderam experimentar o regime autoritário. A distribuição da amostra a partir de tal classificação pode ser vista na tabela 1 em anexo.

Já o agrupamento dos países foi realizado da seguinte forma: (1) países com 0 a 25 anos de experiência com regimes democráticos; (2) países com 26 a 51 anos de experiência com regimes democráticos e; (3) países com mais de 51 anos de experiência com regimes democráticos. Para a classificação dos países nas categorias utilizamos como referência Smith (2005), que analisou de maneira exaustiva as democracias em América Latina. Para sua pesquisa, o autor considerou três tipos de regimes: autoritário, oligárquico e democrático. Na pesquisa em tela foram associados os regimes autoritários e oligárquicos em regimes não democráticos. No entanto, resta ainda explicitar o que Smith chamou de regimes democráticos. Para ele, um sistema para ser considerado democrático precisa atender três princípios: (1) participação política, isto é, que nenhum segmento da população seja excluído do poder político; (2) competição, tal que as eleições sejam livres, justas e que contem com o envolvimento da população; (3) accountability ou prestação de contas. A distribuição da amostra a partir de tal classificação pode ser vista na tabela 2 em anexo.

4.2. Variáveis Dependentes

As perguntas utilizadas da pesquisa do Latinobarômetro envolvem variáveis da democracia enquanto valor e enquanto desempenho ou eficiência do regime. A escolha das perguntas advém da sua utilização frequente na literatura. São elas:

- a) Democracia enquanto valor: *¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo?* (1) La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno; (2) En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático; (3) A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático.

Essa pergunta associada à “hipótese de Churchill” foi uma dentre cinco outras questões utilizadas por Meneguello (2010) ao analisar a adesão democrática dos brasileiros. A autora destaca a adequação de sua utilização para aferir a adesão

democrática em regimes de transição, quando se verificam na população associações concorrentes, ou seja, tanto aos regimes democráticos quanto aos autoritários. “[...] A comparação direta de duas situações políticas distintas experimentadas no tempo permite dimensionar mais adequadamente as reações de massa à nova proposta pelo novo regime democrático” (MENEGUELLO, 2010, p. 126).

- b) Eficiência ou desempenho da democracia: *Algunas personas dicen que la democracia permite que se solucionen los problemas que tenemos en (país). Otras personas dicen que la democracia no soluciona los problemas. ¿Cuál frase está más cerca de su manera de pensar?* (1) La democracia soluciona los problemas; (2) La democracia no soluciona los problemas.

A escolha dessa questão está associada à distinção elaborada por Gunther e Montero (2003) entre a dimensão normativa e de desempenho. Sobre esta última, os autores apontam que o desempenho diz respeito à eficácia com que os governos satisfazem as demandas e problemas, ou seja, o quanto a democracia é responsiva para enfrentar os problemas apresentados pelos cidadãos.

5. Análise dos principais resultados

Utilizamos o pacote estatístico SPSS para o cruzamento das variáveis. A seguir, pode-se observar os resultados das análises divididos em duas partes: por um lado, a adesão à democracia enquanto valor e, por outro, como desempenho do regime.

5.1. Adesão à democracia como valor

Inicialmente, buscou-se identificar a correlação entre a adesão à democracia enquanto um valor pelos indivíduos e: a) os anos de experiência individual com regime não democrático; b) os anos de experiência democrática de seu país. As hipóteses já apresentadas apontam para a presença de maior adesão à democracia enquanto um valor entre aqueles que experimentaram mais anos de regime não

democrático. Para resgatar o que já foi dito anteriormente, tal hipótese está fundamentada no argumento de Morlino (2007) de acordo com o qual a lembrança do passado repressivo do momento não democrático influencia a avaliação do atual regime.

Os dados confirmam a hipótese. A experiência individual com o regime não democrático está correlacionada com a adesão à democracia enquanto um valor (Spearman -0,037, Sig. 0,000). Infere-se que quanto maior a experiência do indivíduo com os regimes não democráticos no decorrer de sua vida maior será a sua adesão à democracia enquanto valor (tal como está na tabela 01).

A adesão à democracia enquanto valor também aparece correlacionada com os anos de experiência do país com este regime (Spearman – 0,086, sig. 0,000). Isto quer dizer que quando mais tempo de democracia o país do entrevistado tiver experimentado, maior tenderá a ser a sua adesão ao regime (ver tabela 02).

Tabela 1 – Adesão à democracia enquanto valor * Experiência com regime não democrático no decorrer de sua vida.

		Experiência com o regime não democrático no decorrer de sua vida.			Total
		Nenhuma ou pouca experiência com regime não democrático	Experiência com regime não democrático	Muita experiência com regime não democrático	
No responde	N	19	109	68	196
	%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno	N	1052	6663	4298	12013
	%	53,70%	59,10%	61,70%	59,50%
En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser	N	351	1795	1041	3187
	%	17,90%	15,90%	14,90%	15,80%

	A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático	N	399	2057	1079	3535
		%	20,40%	18,20%	15,50%	17,50%
	No sabe	N	139	649	485	1273
		%	7,10%	5,80%	7,00%	6,30%
Total		N	1960	11273	6971	20204
		%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Pearson Chi-Square,000

Fonte: Latinobarômetro, 2009.

Tabela 2 – Adesão à democracia enquanto valor * Anos de experiência com a democracia no país

		Anos de experiência com a democracia no país			Total
		De 25 a		Mais de	
		Até 25	51	51	
No responde	N	132	31	33	196
	%	1,2%	,7%	,7%	1,0%
La democracia es	N	6034	2955	3024	12013
preferible a	%				
cualquier otra		54,9%	64,2%	65,7%	59,5%
forma de					
gobierno					
En algunas	N	1882	831	474	3187
circunstancias,	%				
un gobierno		17,1%	18,0%	10,3%	15,8%
autoritario puede					
ser					
A la gente como	N	2205	534	796	3535
uno, nos da lo	%				
mismo un		20,0%	11,6%	17,3%	17,5%
régimen					
democrático					
No sabe	N	747	253	273	1273
	%	6,8%	5,5%	5,9%	6,3%
Total	N	11000	4604	4600	20204
	%				100,0
		100,0%	100,0%	100,0%	%

Pearson Chi-Square,000

Fonte: Latinobarômetro, 2009.

5.2. A democracia enquanto desempenho

Busca-se agora identificar a correlação entre a adesão à democracia enquanto desempenho e: a) os anos de experiência democrática de seu país; b) os anos de experiência individual com regime não democrático. A hipótese já mencionada aponta para a presença de maior adesão à democracia enquanto desempenho entre aqueles que residem em países com mais tempo de experiência democrática. Tal como já foi mencionado, esta hipótese está fundamentada no argumento de Moisés (2010) de acordo com o qual os cidadãos de democracias mais consolidadas estariam mais habituados ao ritmo e funcionamento de suas instituições.

Os dados confirmam a hipótese. A adesão à democracia enquanto desempenho aparece correlacionada com os anos de experiência do país com este regime (Spearman Correlation -,019, sig. 008c). Isto quer dizer que quanto mais tempo de democracia o país do entrevistado tiver experimentado maior tenderá a ser a sua adesão ao regime enquanto desempenho (ver tabela 03).

Contudo, a experiência individual com o regime não democrático não está correlacionada com a adesão à democracia enquanto desempenho (Spearman , 008, Sig. ,233^c). Infere-se que a experiência do indivíduo com os regimes não democráticos no decorrer da vida não interfere na sua adesão à democracia enquanto desempenho (tal como está na tabela 04). Esse resultado pode ser parcialmente explicado por argumentos trazidos por Moises (2008) e Morlino (2007), especialmente no que se refere à ideia de que uma democracia de qualidade desperta satisfação entre os cidadãos no que tange à qualidade dos resultados dos governos. Dentre os seis aspectos mencionados por Morlino, destaca-se a questão das igualdade ou solidariedade, entendendo-se que a realização de maior igualdade política, social e econômica dá-se pela garantia dos direitos sociais assegurados. De modo geral, essa é uma debilidade encontrada em grande parte dos países da América Latina que convive ainda com altas taxas de desigualdade social e fortes déficits de garantia de direitos.

Tabela 3 – Adesão à democracia enquanto desempenho * Anos de experiência com a democracia no país

		Anos de experiência com a democracia no país			Total
		de 26 a		mais de	
		até 25	51	51	
No responde	N	164	38	63	265
	%	1,5%	,8%	1,4%	1,3%
La democracia	N	5444	2453	2382	10279
soluciona los	%	49,5%	53,3%	51,8%	50,9%
problemas					
La democracia no	N	4498	1823	1740	8061
soluciona los	%	40,9%	39,6%	37,8%	39,9%
problemas					
No sabe	N	894	290	415	1599
	%	8,1%	6,3%	9,0%	7,9%
Total	N	11000	4604	4600	20204
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Teste Pearson Chi-Square ,000

Fonte: Latinobarômetro, 2009.

Tabela 4 – Adesão à democracia enquanto desempenho * Experiência com regime não democrático no decorrer de sua vida.

		Experiência com regime não democrático no decorrer de sua vida.			Total
		Nenhuma ou pouca experiência com regime não democrático	Experiência com regime não democrático	Muita experiência com regime não democrático	
		N	N	N	
	No responde	22	144	99	265
	%	1,1%	1,3%	1,4%	1,3%
	La democracia soluciona los problemas	1047	5655	3577	10279
	%	53,4%	50,2%	51,3%	50,9%
	La democracia no soluciona los problemas	749	4683	2629	8061
	%	38,2%	41,5%	37,7%	39,9%
	No sabe	142	791	666	1599
	%	7,2%	7,0%	9,6%	7,9%
Total	N	1960	11273	6971	20204
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Teste Pearson Chi-Square ,000

Fonte: Latinobarômetro, 2009.

Conclusões

O presente estudo confirma as hipóteses colocadas pela literatura e aproxima-se muito do estudo sobre democracia e confiança no Brasil de Meneguello (2010) no que se refere ao menos a dois pontos. Assim como ela classificou os achados de sua pesquisa, também podemos dizer que os resultados aqui são modestos, embora importantes para contribuir para a análise da democracia na América Latina.

A correlação demonstrada entre a adesão à democracia como um valor e o tempo experiência com o regime não democrático no decorrer da vida nos permite inferir que a referência normativa (democracia enquanto valor) expressa uma preferência que pode decorrer da comparação de experiências de regimes distintos, tal como Morlino (2007) e Meneguello (2010) já haviam sugerido em seus estudos.

Foi verificado ainda que os anos de experiência democrática de seu país também interferem na adesão do indivíduo a este regime enquanto um valor. Registra-se, no entanto, que a experiência individual com regimes não democráticos está mais associada à adesão a democracia como um valor do que o outro fator, ainda que não se esteja falando em correlações com grandes intensidades.

Registra-se ainda que os anos de experiência democrática de seu país também interferem na adesão do indivíduo a este regime enquanto seu desempenho - ainda que se tenha neste aspecto a mais fraca correlação sob análise. Reiterando a fragilidade das referências institucionais, tem-se a ausência de correlação entre a adesão à democracia enquanto desempenho e o tempo de experiência com regime não democrático no decorrer da vida, demonstrando que mais experiências com regimes distintos não conduz ao incremento da avaliação positiva da democracia no que tange a sua capacidade de satisfazer demandas e problemas.

Em síntese, foi possível constatar que a força da dimensão normativa é superior a da dimensão institucional quando temos em foco a adesão ao regime democrático. O que pode ser explicado, parcialmente, pela lembrança negativa do momento autoritário dentre aqueles indivíduos que experimentaram diferentes regimes e ainda pela percepção mais negativa da eficácia da democracia em solucionar os problemas, sobretudo entre os residentes de países com menos anos de democracia.

Referências bibliográficas

ALMOND, G. A; VERBA, S. **The Civic Culture**: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. California: Sage Publications, 1989.

ANASTASIA, F. MELO, R. SANTOS, F. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenahuer e Fundação Unesp, 2004.

BAQUERO, M. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: **Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011a, p. 13-24.

BAQUERO, M. Padrões de constituição da Cultura Política na América Latina no século XXI. In: **Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011b, p. 25-45..

CEPAL. Panorama Social da América Latina. Santiago de Chile, 2010. Disponível em:< <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/41806/P41806.xml&xsl=/dds/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl-p/top-bottom.xsl#>>. Acesso em 01/04/2012.

CHASQUETTI, D. Democracia, multipartidarismo y coaliciones en América Latina: evaluando la difícil combinación. In: LANZARO, J. (comp.). **Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 319-359.

CHERESKI, I.; CHONCHOL, J. **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Campinas: Ícone Editora Ltda.

GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. Legitimidade Política em Novas Democracias. **Revista Opinião Pública**, n. 9, v 1, 2003.

LAGOS, M. A Máscara Sorridente da América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 1, 2000, pp.1-16.

MAINWARING, S. Presidentialism in Latin America. **Latin America Research Review**, v. 25, n. 1, 1990, p. 157-179.

MAINWARING, S.; SHUGART, M. Juan Linz, Presidentialism, and Democracy: a critical appraisal. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 37, p. 191-213, nov. 1993.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, Instituições e Democracia – lições da experiência brasileira. In: **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas**. São Paulo: Edusp, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, pp. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Confiança e Instituições Democráticas. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 65, 2005.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – O Caso do Brasil. In: **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas**. São Paulo: Edusp, 2010.

MORLINO, L. Explicar la calidad democrática ¿Qué tan relevantes sobre las tradiciones autoritarias? **Revista de Ciencia Política**. Santiago, v. 27, n. 2, p. 3-22, 2007.

NORRIS, Pippa. Introduction: The Growth of Critical Citizens and Its Consequences. In: **Critical Citizens**, Oxford, 1999.

O'DONNELL, G. Democracia delegativas. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 31, p. 25-40, out. 1991.

SMITH, P. H. **Democracy in Latin America: political change in comparative perspective**. New York: Oxford University Press, 2005.

ANEXO

Tabela 01: Anos de experiência do país com a democracia.

		Frequency	Percent
Valid	até 25	11000	54,4
	de 26 a 51	4604	22,8
	mais de 51	4600	22,8
	Total	20204	100,0

Fonte: Latinobarômetro, 2009.

Nota: Até 25 anos inclui os seguintes países: Venezuela, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Peru. De 26 a 51 anos, Argentina, Bolívia, Brasil e República Dominicana. E mais de 51 anos, Colômbia, Costa Rica, Chile e Uruguai.

Tabela 02 - Experiência com regime não democrático no decorrer de sua vida.

		Frequency	Percent
Valid	Nenhuma ou pouca experiência com regime não democrático	1960	9,7
	Experiência com regime não democrático	11273	55,8
	Muita experiência com regime não democrático	6971	34,5
	Total	20204	100,0

Fonte: Latinobarômetro, 2009.